

EDITAL DE LICITAÇÃO 018/11
CARTA CONVITE
PROCESSO CM Nº 071/11
Tipo: Menor preço
Legislação: Lei 8.666/93 e suas alterações.
Referência: Aquisição de Mobiliário

1. PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Pelotas, com sede na Rua 15 de Novembro, nº 207, na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, torna pública a abertura desta licitação, sob a modalidade "Convite", do tipo menor preço, que será regida pela Lei Federal 8666/93, atualizada pelas Leis Federais 8883/94 e 9648/98, demais legislações aplicáveis e pelas disposições deste Edital e demais anexos, que dele fazem parte integrante.

1.1 Entrega da Proposta

A documentação para habilitação e a proposta de preços deverão ser entregues e protocoladas até o dia **21 de setembro de 2011**, com tolerância máxima de 10 (dez) minutos, com início da sessão de abertura das propostas às 9hs (nove horas) do mesmo dia, no **Plenarinho** do prédio da Câmara Municipal, no endereço acima.

1.2 Informações

Toda e qualquer informação ou esclarecimento que se fizer necessário ao perfeito entendimento deste Edital, será prestado pela Comissão Permanente de Licitação, no horário das 8:00 às 14hs, pelo telefone (53) 3026-1001, ou, pessoalmente, no prédio sede da Câmara Municipal.

1.3 Credenciamento

Qualquer pessoa poderá assistir e acompanhar os trabalhos, porém, só terão direito à manifestação oral ou escrita as pessoas credenciadas pelas empresas participantes. O credenciamento far-se-á por Carta assinada por representante da empresa, com firma reconhecida, concedendo amplos poderes ao credenciado, inclusive para receber notificações e/ou intimações, apresentar impugnações, recursos ou desistir dos mesmos. Essa Carta deverá ser entregue ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação no momento de abertura dos trabalhos, acompanhada da exibição do documento de identidade do credenciado.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO - Modalidade Convite.

O objeto deste CONVITE é a aquisição de:

- 15 (quinze) unidades de painéis divisórias de vidro jateado e MDF 10mm, 200x60cm adesivado com o nome do vereador, brasão da Princesa do Sul e nome da Câmara Municipal de Pelotas, conforme anexo I do edital;
- 1 (uma) mesa para imprensa, com dimensão de 330x50cm. Tampo de 25mm de espessura com nicho de 25mm de espessura abaixo do tampo para guarda de objetos, conforme descrição contida no anexo I do edital;

- Divisória entre Plenário e Assistência, de MDF 25mm de espessura com altura de 53cm, na cor noce, conforme anexo I do edital;
- Balcão para Protocolo e Recepção em formato de "L", dividido em três partes, todo em MDF amadeirado cor mogno, anexos em branco com letras adesivadas, conforme anexo I do edital.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- a) Apresentação dos documentos constantes no item 4.1 e seguintes, sob pena de desclassificação.
- b) Não será admitida a formação de consórcios, nem tampouco a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto deste "CONVITE".

3.1 Impedimentos

Será vedada a participação de empresa na licitação, quando:

- a) declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus entes descentralizados, e
- c) estiver sob processo de concordata ou falência.

4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 – Os documentos e a proposta de preço deverão ser entregues em dois envelopes distintos, fechados e opacos, trazendo em seu anverso os seguintes dizeres:

Edital 018/11

Envelope Número 1 – **DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

Nome completo da empresa proponente

Edital 018/11

Envelope Número 2 – **PROPOSTA DE PREÇO**

Nome completo da empresa proponente

4.2 - A documentação será apresentada em uma única via, rubricada por representante legal da empresa, no original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou por cópia simples, autenticada por membro da Comissão Permanente de Licitação, a partir da apresentação do original, ou, ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial.

4.3 – no caso de ser destinada a representação da empresa a terceiro, o instrumento de procuração ou a autorização para fins de representação deverá vir acompanhado de reconhecimento da firma do proprietário ou sócio majoritário.

4.4 - A proposta comercial deverá ser datilografada em papel timbrado da empresa, com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões em suas partes essenciais, assinada e rubricada em todas as suas folhas, por representante legal da empresa.

4.5 - As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do último dia do prazo para a sua apresentação.

4.6 – **No envelope 01** – Documentos para Habilitação, a proponente deverá juntar:

4.6.1 – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.6.2 – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

4.6.3 – cópia da cédula de identidade do representante da empresa.

4.6.4 – cópia do cartão de inscrição no CNPJ ou cópia de Certificado de Registro Cadastral da empresa em qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta do Município de Pelotas.

4.6.5 – cópia da CND – Certidão Negativa de Débitos, perante o INSS.

4.6.6 – cópia da CRF – Certificado de Regularidade para com o FGTS.

4.7 – **No envelope 02** – Proposta de Preço – a proponente deverá juntar a proposta propriamente dita, datilografada em uma via em papel timbrado da empresa, redigida em português de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, assinada em seu final pelo representante legal da proponente e rubricada nas demais folhas. A proposta comercial deverá conter:

4.7.1 – a descrição do material ofertado, atendidas as especificações mínimas constantes da cláusula “2” do Edital;

4.7.2 - preço ofertado, em moeda corrente nacional, já considerados os tributos incidentes e despesas de entrega, frete ou transporte, considerando que o pagamento se dará em 15 (quinze) dias corridos a contar da efetiva entrega do material.

5 - DO PROCEDIMENTO

5.1 - As propostas serão julgadas e sucessivamente classificadas pelo critério do menor preço global.

5.2 – Na hipótese de empate entre duas ou mais licitantes, será dada preferência à licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte e, se não for o caso, após observados os critérios estabelecidos no parágrafo 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração realizará sorteio, de acordo com o art. 45, parágrafo 2º da lei nº 8.666/93, e suas alterações, na presença dos licitantes e da Comissão de Licitação.

5.2.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.2.2 – Havendo a situação prevista nesta cláusula, proceder-se-á de acordo com os critérios definidos no artigo 45 da Lei Complementar 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

5.3 - O julgamento e a classificação das propostas obedecerá estritamente aos critérios expostos neste edital, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que institui normas para licitações e contratos na Administração Pública.

5.4 - As decisões da Comissão de Licitação quanto à classificação e julgamento das propostas serão publicadas no site da Câmara Municipal e comunicadas aos participantes por ofício, ou, ainda, por carta AR.

5.5 - Abertos os trabalhos do certame, que serão dirigidos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Pelotas, e recebidas as Cartas de Credenciamento, eventualmente apresentadas, na forma do subitem "1.3" deste Edital, proceder-se-á à abertura dos Envelopes de Habilitação (envelope n. 01), observados todos os procedimentos de praxe, tais quais a aposição das rubricas e análise de todos os documentos, pelos representantes legais ou credenciados das licitantes.

5.5.1 – Estando em ordem a documentação exigida no Envelope 01, as propostas serão consideradas habilitadas.

5.5.2 – Serão inabilitadas as propostas que:

- a) não satisfaçam as exigências deste Edital, no que diz respeito à documentação;
- b) cujos envelopes de número 1 – Documentação - contenham referências ao conteúdo do envelope de número 2 – proposta comercial.

5.5.3 – Aos proponentes inabilitados serão devolvidos os envelopes de número 02 – proposta comercial, desde que não tenha havido recurso.

5.5.4 – Em havendo expressa desistência para interposição de recurso, serão abertos os envelopes nº 02. Caso contrário, a Comissão de Licitação encerrará a sessão e designará nova data para abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais, após transcorrido o prazo de recurso ou após o julgamento dos recursos interpostos. A nova data referida será comunicada aos interessados classificados na primeira fase, por ofício ou carta AR.

5.6 - Após abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões;

5.7 - Desta fase, será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração;

5.8 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedecerem às condições estabelecidas no Convite, especialmente às constantes dos itens 4.2 e 4.3 deste Edital;
- b) apresentarem preços de valor zero, manifestamente inexequíveis ou excessivos;
- c) oferecerem vantagens não previstas neste Edital consideradas no preço proposto, especialmente aquelas que baseiam seus preços ou ofertas nas propostas das demais licitantes, não sendo admitidas propostas irrisórias, de valor zero, simbólicas, incompatíveis com o preço de mercado ou inexequíveis.

5.9 - Se todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para reapresentação de outras, escoimadas das causas que ensejaram a desclassificação;

5.10 - As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, que fará a classificação, levando-se em conta exclusivamente o menor preço;

5.11 - A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;

5.12 - A Comissão de Licitação proporá a adjudicação do objeto deste Edital à licitante classificada em primeiro lugar, sendo o resultado final do julgamento, com a classificação das propostas, divulgados às participantes por meio de ofício ou carta AR.

5.13 - Decorrido o prazo legal sem interposição de recurso contra a decisão da Comissão de Licitação, ou decididos os recursos interpostos, o Presidente da Câmara Municipal de Pelotas decidirá pela homologação do processo e adjudicação do objeto do edital ao licitante vencedor, do que se dará ciência a todas as licitantes através de publicação no jornal oficial da Casa.

5.15 - Serão igualmente publicadas no jornal oficial do Legislativo a anulação ou revogação deste certame, se ocorrerem, nas condições previstas e autorizadas na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, sendo lícito às licitantes recorrerem dessas decisões, se entenderem de fazê-lo, junto à Presidência da Câmara Municipal de Pelotas.

5.16 - Quaisquer recursos interpostos pelas licitantes observarão, rigorosamente, quanto aos prazos, efeitos, publicação ou comunicação direta aos prepostos, os ditames da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e 9.648/98. O prazo para interposição de recursos será de 2 (dois) dias úteis contados da publicação das decisões da Comissão de Licitação e da Presidência da Casa.

5.17 - A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Pelotas, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, solicitando, por escrito, esclarecimentos ou informações complementares, desde que isso não importe a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, devendo o fato ser registrado em ata. A licitante deve permitir, atender e facilitar tais esclarecimentos e diligências, sob pena, caso não o faça, de sua eliminação do certame.

6 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO DOCUMENTO EQUIVALENTE.

6.1 - O proponente vencedor será convocado para assinatura do contrato ou documento equivalente no prazo de 3 (três) dias consecutivos, a partir da publicação da homologação do certame.

6.1.1 - Esse prazo poderá ser prorrogado, uma só vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária, durante o seu transcurso, e desde que seja alegado motivo justificado, aceito pela Câmara Municipal de Pelotas.

6.2 - Nos termos do parágrafo segundo do art. 64 da Lei 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo art. 81 da legislação citada.

6.3 - O contrato oriundo desta licitação vigorará pelo período total da garantia oferecida ao material.

6.4 - As despesas com a presente licitação e sua execução correrão por conta da dotação orçamentária própria – 4.4.90.52.42.00.

6.5 - A Contratada emitirá a nota fiscal fatura, correspondente ao fornecimento do bem, entregando-a na Coordenadoria de Administração, Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Pelotas, que atestará o seu efetivo recebimento.

6.6 - Em caso de devolução da documentação fiscal para correção ou da devolução da mercadoria entregue, o prazo para pagamento fluirá a partir da data da sua reapresentação.

7 - DAS SANÇÕES

7.1 - A recusa injustificada ou o não comparecimento da adjudicatária para assinar o contrato, no prazo e local estabelecidos pela Câmara Municipal de Pelotas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no artigo 87, da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, a critério da Câmara Municipal de Pelotas. Da mesma forma, será aplicada a multa pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, calculada sobre o valor do objeto não entregue ou do valor do contrato não cumprido.

7.1.1 – Esta multa, bem assim as demais sanções, não se aplicam às licitantes remanescentes, convocadas para assinatura do contrato na hipótese de sua não aceitação nas condições do item 6.2 deste Edital.

7.2 - Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação a contratada fica sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso, a contar do 5º (quinto) dia de atraso.

7.3 – A rescisão do contrato, se ocorrer, obedecerá ao disposto os artigos 77, 78, 79 e 80 da lei 8.666/93, atualizada pela lei 8.883/94. Se a rescisão for motivada pela inadimplência da Contratada, a mesma estará sujeita a responder, judicialmente, por perdas e danos, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total correspondente à parte não cumprida do contrato, além de custas e honorários de advogado, estes fixados na base de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

7.4 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, considerando o último dia previsto no Edital para sua entrega, sem que haja convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, salvo se, por motivos supervenientes, que atrasem a conclusão do certame, concordarem em prorrogar suas propostas.

8 - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Poderá a Câmara Municipal de Pelotas deixar de contratar com a proponente melhor classificada se tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que comprometa a idoneidade financeira ou a capacidade técnica ou administrativa da adjudicatária, sem que a esta caiba o direito de indenização ou reembolso, seja a que título for.

8.2 - A participação nesta licitação implica que o licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos e informações apresentados à proposta protocolizada, especialmente quanto à inexistência de quaisquer dos impedimentos elencados no item 3.1 do Edital, ou seja, que a empresa não está declarada inidônea por ato do Poder Público, não se encontra impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus entes descentralizados, e, ainda, que não se encontra sob processo de concordata ou falência. Implica, ainda, que o licitante tem pleno conhecimento das disposições do Edital, bem como se obriga a informar a superveniência de fato impeditivo à habilitação, sob as penas da lei.

8.3 - A Câmara Municipal de Pelotas poderá a qualquer tempo, motivadamente, anular ou revogar esta licitação pela Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94.

Pelotas, 09 de setembro de 2011.

Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite
Presidente

ANEXO I

- Divisória dos Vereadores:

Divisória de vidro e MDF
- vidro 10mm dimensão de 200x60cm adesivado com nome do vereador, brasão da Princesa do Sul e nome da Câmara Municipal de Pelotas logo abaixo do brasão.
- MDF espessura entre 30 e 40mm dimensão de 200x130cm. Esta chapa de MDF será presa no chão por duas cantoneiras metálicas, assim como mostra a figura.



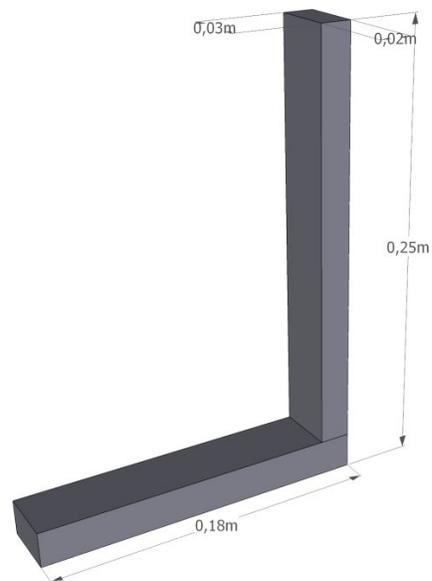
Descrição/Características: divisória de vidro **jateado** de 10 mm de espessura e dimensão de 200x60cm. Nesta divisória será adesivado o nome do vereador, Brasão da Princesa do Sul e Câmara Municipal de Pelotas logo abaixo do Brasão. A divisória será dividida em duas partes: uma será em vidro simples e a maior será em MDF 40mm.

ESTRUTURA:

Divisória – vidro jateado – dimensões 200x60cm e espessura de 10mm.

Divisória – MDF – dimensões 200x150cm e espessura de 40mm.
Fixação da estrutura no chão - 4 pés fixados no vidro 2 de cada lado espelhados em alumínio anodizado na cor cinza escuro com dimensões de:

DIMENSÕES:

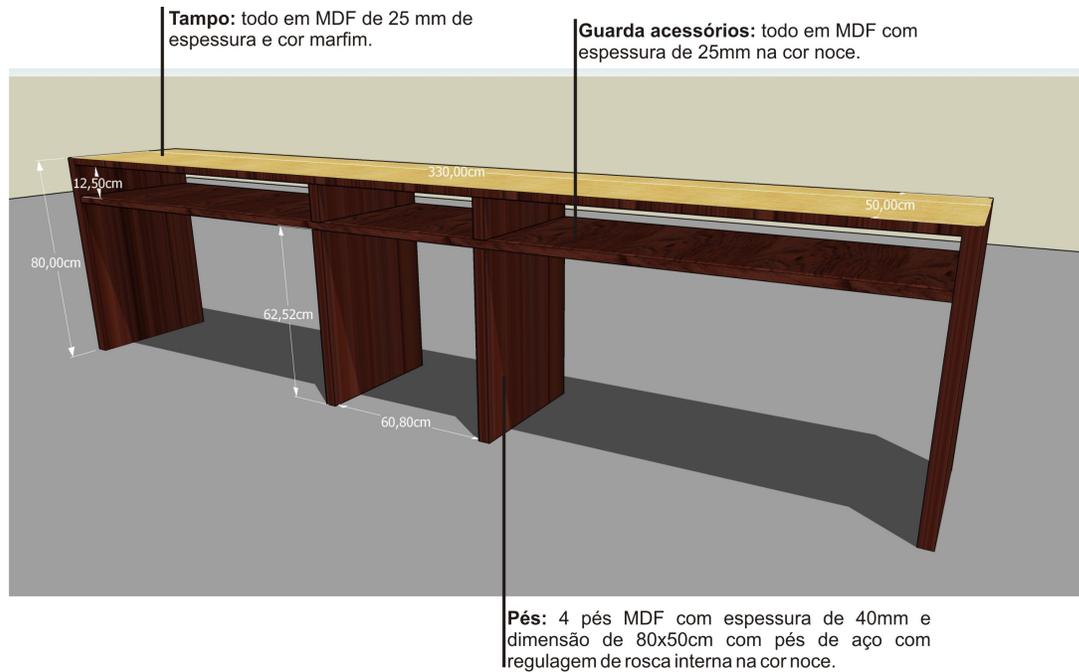


- Adequação de espaço e mobiliário para a imprensa no plenário:

Dimensões da mesa:

Mesa para imprensa dentro do plenário
- em madeira com dimensão de 330x50/80alt (cm). Tampo de 25mm de espessura com nicho de 25mm de espessura abaixo do tampo para guardar objetos. Pés retos de MDF 80x50cm de 40mm de espessura com regulagem de rosca interna, 2cm de altura do nível do chão.





Descrição/Características: mesa de 330x50/80alt nas cores noce e marfim combinando com as cores da mesa do plenário. Mesa para a imprensa toda em MDF nas respectivas dimensões e espessuras.

ESTRUTURA:

Pés: 4 pés em MDF espessura de 40mm e debaixo de cada pé da mesa pés de aço com regulagem de rosca interna.

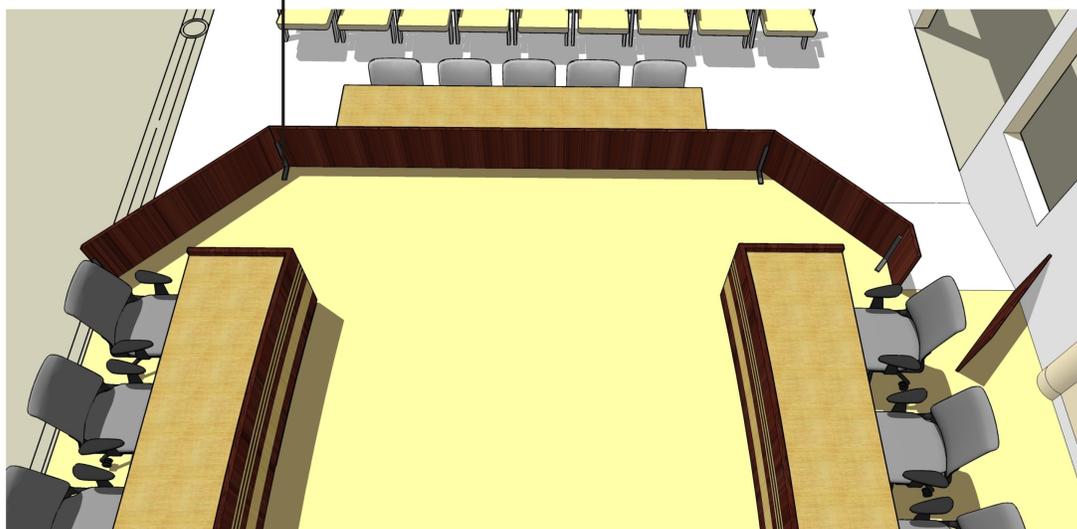
- Complementação da divisória entre plenário e assistência:

Divisória entre plenário e assistência
- Divisória de MDF 25mm de espessura com altura de 53cm na cor noce.
Listras parecidas com as mesas na parte externa da divisória apenas nas laterais inclinadas.



Porta
- Porta divisória entre público e vereadores com espessura de 25mm e dimensão de 90x53alt (cm) com um marco de 10cm.

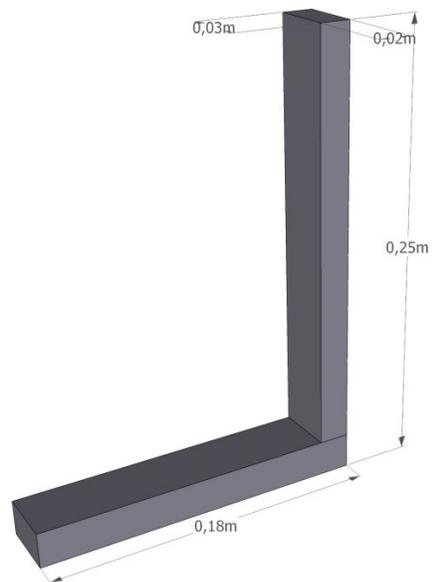
Divisória entre plenário e assistência
- Na parte interna da divisória do plenário serão colocadas 4 pés de aço para segurar a estrutura de madeira.



Descrição/Características: divisória entre plenário e assistência de MDF de 25mm de espessura e 53cm de altura.

ESTRUTURA:

Fixação da estrutura divisória será feita no chão - 4 pés fixados no MDF no lado interno aço na cor cinza escuro com dimensões de:



- Balcão para recepção:

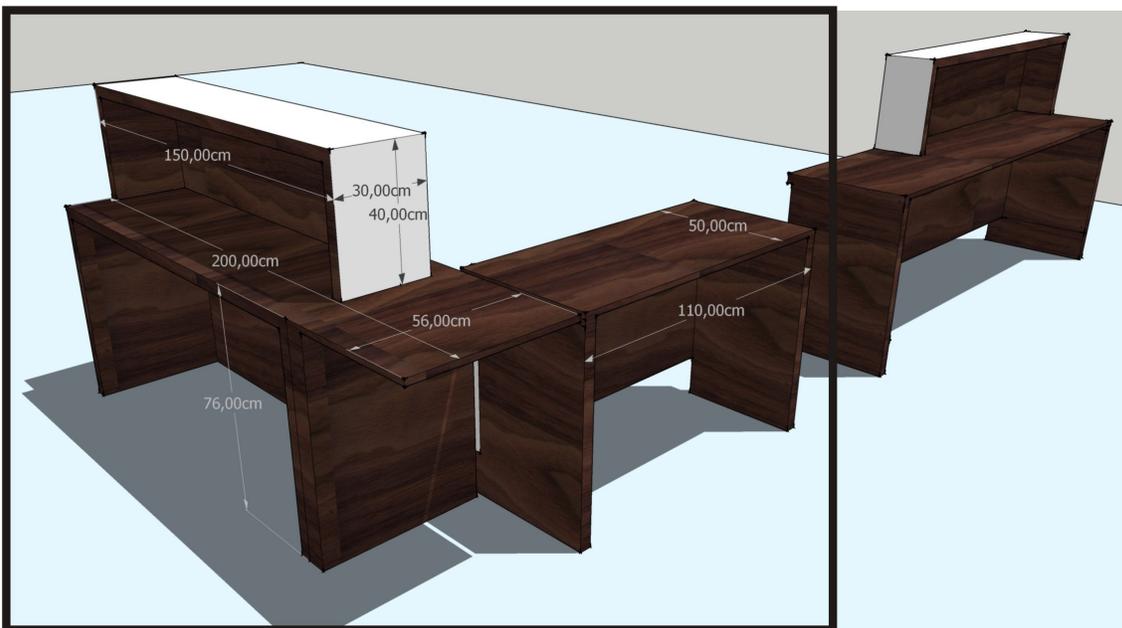
Balcão para recepção:

- Balcão dividido em três partes, todo em MDF cor mogno e formato em L. Dividindo o setor de protocolo e recepção.



Vistas superiores e perspectiva da sala de recepção

Balcão para recepção:



Balcão da recepção com suas respectivas medidas



Balcão do protocolo com suas respectivas medidas

Descrição/Características: Balcão de MDF cor mogno com anexos em branco para destacar os nichos de recepção e protocolo.

Nestes nichos serão fixados os nomes da: Câmara Municipal de Pelotas e Protocolo adesivados nesta superfície ou em letras caixa de aço escovado, assim como mostram as figuras.

Espessuras das chapas de MDF de 25mm e dimensões conforme desenho.

ESTRUTURA:

Pés – em MDF 25mm na cor mogno com um pé de aço em cada uma das extremidades com regulagem de rosca interna.

- Letras: conjunto de letras em caixa alta em acrílico preto dizendo: Protocolo dimensão de 85x13alt e espessura compatível.

Conjunto de Letras em caixa alta em acrílico preto dizendo Câmara Municipal de Pelotas com altura de 10cm dividida em duas linhas de dimensão de 10x118cm e espessura compatível (Câmara Municipal) e dimensão de 10x68cm espessura compatível (de Pelotas).

OBSERVAÇÕES GERAIS:

- TODAS AS MEDIDAS DOS MÓVEIS DEVEM SER CONFERIDAS NOVAMENTE NO LOCAL (‘‘N LOCO’’).

- AS CORES DOS MÓVEIS POSSUEM NOMES DIFERENTES DE ACORDO COM O FORNECEDOR, ENTÃO DEVEM SER CONSULTADAS ANTES DA FABRICAÇÃO COM O RESPONSÁVEL TÉCNICO.

- AS DIMENSÕES ESTIPULADAS EM CADA PROJETO PODEM SOFRER PEQUENAS ALTERAÇÕES NA LARGURA, PROFUNDIDADE E ALTURA E NA QUANTIDADE.

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS

Processo nº 071/11

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado a Câmara Municipal de Pelotas, inscrita no CNPJ sob nº 87696217/0001-66, representada por seu Presidente, senhor Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite, neste ato denominada CONTRATANTE e, de outro lado, -----, inscrita no CNPJ sob nº -----, estabelecida na Rua -----, nº -----, município de -----, neste ato representada por -----, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

- A Contratada obriga-se ao fornecimento e instalação do material constante de sua Proposta Comercial, caracterizada pelo que segue:

;

- 15 (quinze) unidades de painéis divisórias de vidro jateado e MDF 10mm, 200x60cm adesivado com o nome do vereador, brasão da Princesa do Sul e nome da Câmara Municipal de Pelotas, conforme anexo I do edital;

- 1 (uma) mesa para imprensa, com dimensão de 330x50cm. Tampo de 25mm de espessura com nicho de 25mm de espessura abaixo do tampo para guarda de objetos, conforme descrição contida no anexo I do edital;

- Divisória entre Plenário e Assistência, de MDF 25mm de espessura com altura de 53cm, na cor noce, conforme anexo I do edital;

- Balcão para Protocolo e Recepção em formato de "L", dividido em três partes, todo em MDF amadeirado cor mogno, anexos em branco com letras adesivadas, conforme anexo I do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

2.1 - Fica fixado o prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do presente Contrato, para instalação do material descrito no edital;

2.1.2 - O prazo referido no item antecedente poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela parte, durante o seu transcurso, devidamente justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - Fica ajustado o valor total do presente Contrato em R\$ (.....).

3.2 - A presente despesa onerará a dotação orçamentária, abaixo indicada, constante do orçamento da Câmara Municipal no presente exercício:

4.4.90.52.42.00 - Investimentos - Diretoria

CLÁUSULA QUARTA

4.1 - O pagamento será efetuado em 15 (quinze) dias corridos, contados da efetiva instalação e à vista de sua respectiva documentação fiscal e desde que emitido o aceite definitivo.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 – O material será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis, para verificação da conformidade com a sua especificação e constatação de sua qualidade.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 - Do material: garantia de 1 (um) ano contra qualquer defeito de fabricação, a contar da entrega dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - Pelo atraso injustificado na instalação do objeto deste contrato, sujeita-se o contratado às penalidades previstas no caput do art. 86 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

7.1.1 -Multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, a contar do 5º (quinto) dia de atraso.

7.2 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da lei 8.666/93, e multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 - A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

8.1.2 - Por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 7.2.

8.3 - Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

8.3.1 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

8.3.2 - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

9.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Pelotas para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

Pelotas, ---- de ----- de 2011.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS

EDITAL DE LICITAÇÃO nº 018

TIPO DE LICITAÇÃO: CARTA CONVITE, NOS TERMOS DO ART. 22, III e Art. 23, II, "a", DA LEI 8.666/93

PROCESSO Nº 071/2011

A Câmara Municipal de Pelotas torna público que no dia **21 de setembro de 2011, às 9 (nove) horas**, no Plenarinho da Câmara, situado nas dependências da Casa Legislativa, localizada na Rua 15 de Novembro, nº 207, nesta cidade, serão recebidas e abertas as propostas e a documentação relativas à **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO**, conforme descrição e quantidade referidas no caderno de edital e seus anexos, que se encontram à disposição dos interessados na Direção da Câmara Municipal, no horário compreendido entre 08hs às 14hs, podendo participar interessados cadastrados ou não, na forma do art. 22, § 3º, da Lei 8.666/93.

Pelotas, 09 de setembro de 2011.

Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite
Presidente da Câmara Municipal de Pelotas